



ObservaDF

Número 06 - 2023

**CRIMINALIDADE E PERCEPÇÃO SOBRE
SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**

Autoria

BERTHOLINI, Frederico - IPOL/UnB

NOGALES, Ana Maria - IE/UnB

CABELLO, Andrea - FACE/UnB

RENNÓ, Lúcio - IPOL/UnB

VIANA, Guilherme - DAI/DPO/UnB

Criminalidade e percepção sobre segurança pública no Distrito Federal

Introdução

A segurança pública é um tema diariamente presente nas vidas de brasileiros e brasileiras. Roubos, furtos, lesões, mortes, força policial e violência são palavras cotidianamente mencionadas nos jornais, nas redes sociais e nas conversas entre pessoas de todas as idades, gêneros, crenças, raças e classes sociais.

O mais recente Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em julho de 2023, mostra que houve uma redução de 2,4% nas mortes violentas intencionais no país entre 2021 e 2022, mas os números ainda são expressivos: 47.508 vítimas em 2022, e uma taxa de 23,4 por 100 mil habitantes. Estes números colocam o Brasil entre os vinte países com as taxas mais elevadas de homicídio no mundo (UNODC, 2023).

O Anuário evidencia as diferenças entre as Unidades da Federação, sendo o Amapá, Bahia e Amazonas, as que apresentam as maiores taxas, e São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal, as menores. Como em Anuários anteriores, as vítimas em 2022 são em sua maioria negros (77%), jovens (50% entre 12 e 29 anos), e homens (91%) (FBSP, 2023).

Além da mortalidade por violência intencional, o Anuário apresenta outros indicadores que retratam a insegurança pública no país, como os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos), a injúria racial e as violências doméstica e sexual, entre as quais se destacam o estupro e o feminicídio (FBSP, 2023).

No intuito de trazer um panorama sobre a situação da segurança pública no Distrito Federal (DF), com o detalhamento territorial em grupos de Regiões Administrativas (RA) segundo a renda, o ObservaDF se debruçou sobre as estatísticas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF (SSPDF), que nos trazem os números de crimes violentos e letais, roubos, furtos, estupros e registros de ocorrências de violência doméstica segundo o local e ano do fato. A análise desses dados é apresentada na primeira parte deste relatório.

Já na segunda parte, são analisados dados da pesquisa sobre vitimização e percepção sobre a segurança pública realizada em maio de 2023, quando o ObservaDF ouviu 1001 pessoas residentes no DF. Uma parte desse levantamento, com foco na percepção sobre a violência nas escolas, foi tema do relatório do ObservaDF apresentado em julho passado (<https://observadf.org.br>).

Resumo

- Expressiva redução da mortalidade por violência intencional (homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) entre 2010 e 2022 no DF.
- Mesmo considerando a incidência de crimes violentos intencionais por 100 mil habitantes apenas para o período de 2020 a 2022, 3 anos, houve uma redução 32 para 25 na taxa.
- Em tendência oposta à violência letal intencional, houve aumento, em 2022, do número de casos de estupros registrados. A taxa, que já era alta, situada em 22/100 mil hab foi para 27/100 mil hab. A taxa nacional está em cerca de 37.
- A violência doméstica se manteve estável em níveis altíssimos, com a taxa de 602 ocorrências/100mil habitantes, com diminuição nas RAs mais pobres e aumento na RAs mais ricas.
- Furtos e roubos com tendência de queda entre 20 e 22, porém ainda com um gradiente muito acentuado comparando-se grupos de RAs.
- Ras mais ricas têm menor incidência de crimes (tanto os violentos quanto os contra o patrimônio) e RAs mais pobres têm maior incidência.
- Roubos em coletivo, por exemplo, as taxas por 100 mil habitantes caíram de 33 para 23, entre 2020 e 2022. Nas RAs de baixa renda, a diminuição foi de 70 para 30.
- Resultados de percepção subjetiva em contraste com indicadores objetivos de segurança.
- Percepção sobre atuação do Governo do DF: Maioria sente sensação de segurança igual (68%), para 13% melhorou, para 17% piorou.
- Comparação de percepção de segurança no DF e na vizinhança: Percepção de aumento da criminalidade no DF (62%), Percepção de aumento na vizinhança (30%). Relação entre sensação de insegurança e exposição a notícias sobre crimes.
- Sensação de insegurança ao andar nas ruas: 39% inseguros ao andar em bairro de residência durante o dia, 60% inseguros ao andar em bairro de residência à noite.
- Mudança de comportamento pelo medo. Evitam: locais com poucas pessoas (90%), locais com grande concentração de pessoas (70%), sair à noite (78%), locais com consumo de álcool (70%), transporte coletivo (51%).
- Gênero associado a mudanças de comportamento: evidências de aumento da violência contra a mulher.
- Na pesquisa sobre vitimização, 18% dos respondentes disseram ter sido roubados, 11% furtados, 17% sofreram fraude no cartão de crédito, 15% pagaram por um produto não entregue e 19% disseram ter sofrido insulto, humilhação ou xingamento (ofensa verbal) nos últimos 12 meses.

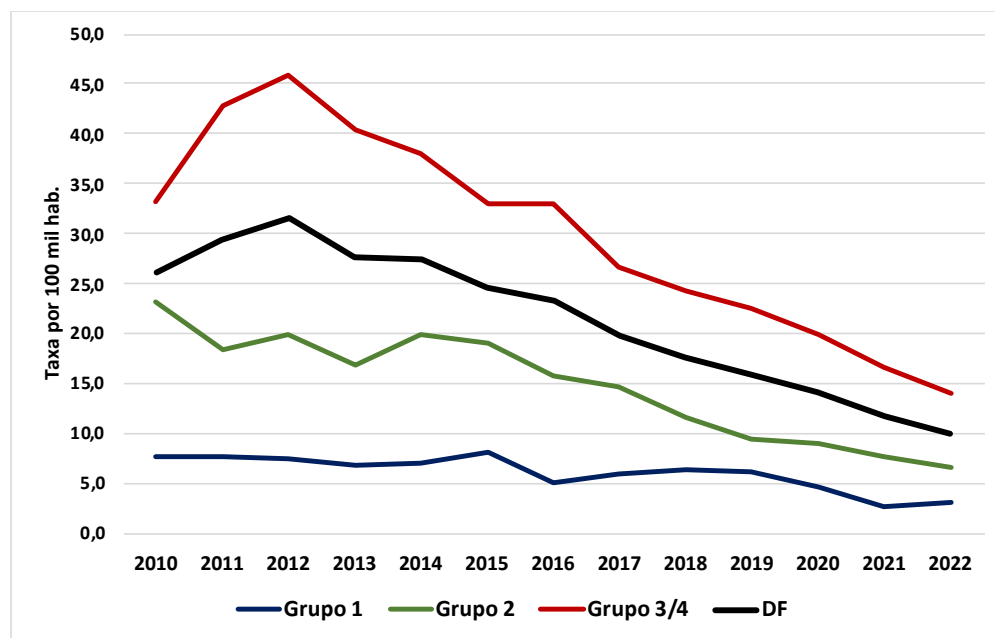
Parte 1 - Ocorrências de crimes registradas no DF

Com base nos dados divulgados no portal da SSPDF (<https://www.ssp.df.gov.br/dados-por-regiao-administrativa/>) é possível ter acesso às ocorrências registradas nas delegacias da Polícia Civil, segundo local (RA) e ano do fato.

▪ Violência intencional

Em primeiro lugar, é importante destacar a expressiva redução da mortalidade por violência intencional (homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) entre 2010 e 2022 no Distrito Federal (Gráfico 1). Ainda que, entre 2010 e 2012, observa-se um aumento nas taxas de mortalidade, especialmente nas RAs de média baixa e baixa rendas, a tendência de queda é consistente nos três grupos de RA considerados¹, sobretudo a partir de 2015. O Gráfico 1 ressalta, por outro lado, as desigualdades espaciais persistentes no território do Distrito Federal.

Gráfico 1: Taxas de mortalidade por violência intencional por 100 mil habitantes segundo grupos de Regiões Administrativas. Distrito Federal. 2010-2022.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da SSPDF e estimativas populacionais atualizadas a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

¹ Grupo 1 – alta renda, Grupo 2 – média alta renda e Grupo 3/4 - média baixa e baixa rendas, de acordo com a classificação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED, 2022).

As taxas de mortalidade por violência intencional são muito mais elevadas nas RAs dos grupos 3 e 4 (média baixa e baixa rendas) do que nos demais grupos. No início do período, taxas acima de 40,0 óbitos por 100 mil habitantes colocavam as RAs de mais baixa renda nos níveis atuais dos municípios mais violentos do país (FBSP, 2023). Nessas RAs, as taxas caíram a 14,1 óbitos por 100 mil habitantes em 2022, representando uma queda de mais de 60%, nos últimos 10 anos. No entanto, com taxas de 3,2 e 6,7 óbitos por 100 mil habitantes nos grupos 1 e 2 em 2022, respectivamente, o gradiente entre os grupos de RAs se mantém.

Ainda entre os crimes classificados como violência intencional, mas que não resultaram em morte, têm-se as tentativas de homicídio e latrocínio registrados. Os dados de 2020 a 2022 mostram que houve uma redução nesse tipo de crime no DF nesse período, principalmente nas regiões de mais baixa renda. No entanto, como mostra a Tabela 1, nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica (Grupo 4), a incidência desse tipo de crime é 3,1 e 2,3 vezes maior do que nas regiões de alta e média alta rendas, respectivamente.

Tabela 1: Taxas de incidência de crimes violentos intencionais (tentativas de homicídio e latrocínio) por 100 mil habitantes segundo grupos de Regiões Administrativas. Distrito Federal. 2020-2022.

Grupos de RA	2020	2021	2022
Grupo 1	12,5	12,2	13,9
Grupo 2	22,0	19,1	18,3
Grupo 3	37,7	31,0	28,7
Grupo 4	63,4	59,7	42,4
Total	32,4	28,3	25,1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da SSPDF e estimativas populacionais atualizadas a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

▪ Crimes contra o patrimônio

Entre os crimes contra o patrimônio, as estatísticas da SSPDF discriminam roubos de veículos, furtos em veículos, roubos e furtos a transeuntes, roubos em coletivos e roubos em residências e comércios, segundo local e data do fato.

A Tabela 2 traz as taxas de incidência dos diversos tipos de crimes contra o patrimônio registrados nas delegacias nos anos de 2020 a 2022. Os tipos de crimes de maior incidência são os furtos em veículos e os roubos e furtos a transeuntes. No caso do furto em veículos, houve um aumento da taxa de incidência em 2022, especialmente nas RAs de alta e média alta rendas. Certamente, esse aumento deve estar associado ao maior

fluxo de veículos, principalmente, após a retomada das atividades econômicas e escolares presenciais em todo o Distrito Federal. Cabe notar, que neste tipo de crime, a maior incidência encontra-se nas áreas de mais alta renda, que concentram grande parte das atividades econômicas e para onde se deslocam cotidianamente mais de 500 mil trabalhadores (IPEDF, 2020).

Quanto aos roubos e furtos em transeuntes, as taxas de incidência mostram que estes tipos de crimes são muito frequentes em todo o Distrito Federal, e mais ainda nas áreas de maior vulnerabilidade social. A incidência desses tipos de crimes pode ser ainda mais elevada, já que as estatísticas da SSPDF nos informam somente sobre os crimes registrados nas delegacias ou via internet. Vale observar que, a partir dos dados da SSPDF disponíveis no portal, não foi possível detalhar o objeto roubado ou furtado. Dessa forma, não temos os dados sobre roubos e furtos de celulares no Distrito Federal, cuja incidência é elevada e tem aumento no país, como mostrado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 (FBSP, 2023).

Os demais tipos de crimes apresentam tendência de queda no período, mas um gradiente muito mais acentuado comparando-se as incidências segundo grupos de RAs. A taxa incidência de roubo em veículos, em 2022, é 3,1 vezes mais elevada nas RAs do grupo 4 do que nas do grupo 1 (13,9 contra 42,4 por 100 mil habitantes); essa razão é de 4,1 vezes para roubo em coletivo, 3,6 vezes para roubo em residência, e 3,8 vezes para roubo em comércio (Tabela 2).

Tabela 2: Taxas de incidência de crimes contra o patrimônio por 100 mil habitantes segundo grupos de Regiões Administrativas. Distrito Federal. 2020-2022.

Grupos de RA	2020	2021	2022	2020	2021	2022
	Roubo de veículo			Furto em veículo		
Grupo 1	30,1	22,6	14,6	471,4	536,6	815,4
Grupo 2	78,6	67,2	49,9	251,1	273,7	291,7
Grupo 3	99,9	94,7	73,8	162,9	133,8	142,3
Grupo 4	75,5	75,3	57,3	129,7	128,8	89,6
Total	79,5	72,6	55,2	231,6	237,0	280,2
	Roubo em coletivo			Roubo/Furto - Transeunte		
Grupo 1	14,8	8,0	7,4	459,3	505,3	651,9
Grupo 2	12,1	10,0	7,8	548,2	548,0	512,5
Grupo 3	44,6	32,8	39,3	885,1	804,9	777,5
Grupo 4	70,0	39,1	30,1	826,0	737,9	776,9
Total	33,1	22,6	23,1	704,8	668,1	672,7
	Roubo em residência			Roubo em comércio		
Grupo 1	3,8	5,2	4,2	11,0	10,9	8,9
Grupo 2	11,4	8,7	6,4	31,2	29,4	16,4
Grupo 3	14,8	15,5	12,3	38,9	37,2	28,0
Grupo 4	23,3	19,9	15,3	38,5	43,2	33,9
Total	13,3	12,4	9,7	32,3	31,7	22,3

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da SSPDF e estimativas populacionais atualizadas a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

▪ **Violência doméstica e estupro**

Em tendência oposta à violência letal intencional, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 destaca o aumento de todos os indicadores de violência doméstica no país e o crescimento do número de casos de estupros registrados (FBSP, 2023). Os registros de violência doméstica são realizados, no Distrito Federal, conforme a Lei 11.340/06, a chamada Lei Maria da Penha, que *“define violência doméstica ou familiar como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida”* (SSPDF, 2023). A conceituação de estupro está de acordo com a Lei Federal 12.015/2009 que inclui, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor”.

No Distrito Federal, as taxas de incidência de violência doméstica e de estupro reportados são muito elevados, e com tendência de alta, no caso dos estupros (Tabela 3). Como em outros tipos de crimes, a violência doméstica e o estupro variam segundo os grupos de RAs, em uma relação inversa aos níveis de renda, quanto menor a renda, mais elevadas as taxas de incidência. Em 2022, a taxa de incidência de violência doméstica é 2,9 vezes mais elevada nas RAs de baixa renda (grupo 4) do que nas RAs de alta renda (grupos 1). Essa relação é de 2,2 vezes para os crimes de estupro.

Os relatórios estatísticos da SSPDF sobre esses crimes apresentam os perfis das vítimas e dos agressores. No caso da violência doméstica, em 2022, 65% das vítimas são mulheres entre 18 e 40 anos, e 92% dos agressores são homens. No caso dos estupros, 68,4% são menores de 14 anos ou pessoas vulneráveis, 85% mulheres e mais de 90% dos agressores conhecidos são homens. Nos dois casos, o crime ocorre sobretudo no interior da residência (SSPDF, 2023).

Tabela 3: Taxas de incidência de violência doméstica e estupro por 100 mil habitantes segundo grupos de Regiões Administrativas. Distrito Federal. 2020-2022.

Grupos de RA	2020	2021	2022	2020	2021	2022
	Violência doméstica			Estupro		
Grupo 1	253,3	289,2	303,8	9,0	12,7	16,4
Grupo 2	541,1	524,0	524,6	17,8	17,9	23,6
Grupo 3	660,3	676,9	674,8	26,0	23,8	30,7
Grupo 4	911,7	907,3	880,9	32,5	33,9	36,2
Total	602,6	604,9	601,7	21,7	21,7	27,1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da SSPDF e estimativas populacionais atualizadas a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023).

Muito vinculado aos crimes de violência doméstica, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023) revela o aumento da incidência de feminicídio no país. No Distrito Federal, foram registrados 25 casos em 2021 e 19 em 2022. Em 2023, até a primeira semana de agosto, foram registrados 22 casos. De acordo com os boletins de ocorrência, os agressores eram muito próximos das vítimas, 62% com relação íntima de afeto, maridos ou ex-maridos, companheiros ou ex-companheiros, namorados ou ex-namorados. Mais da metade das vítimas tinham filhos, sendo que cerca de 80% deles menores de idade (SSPDF, 2023).

Parte 2 - Percepção sobre segurança pública no DF e vitimização

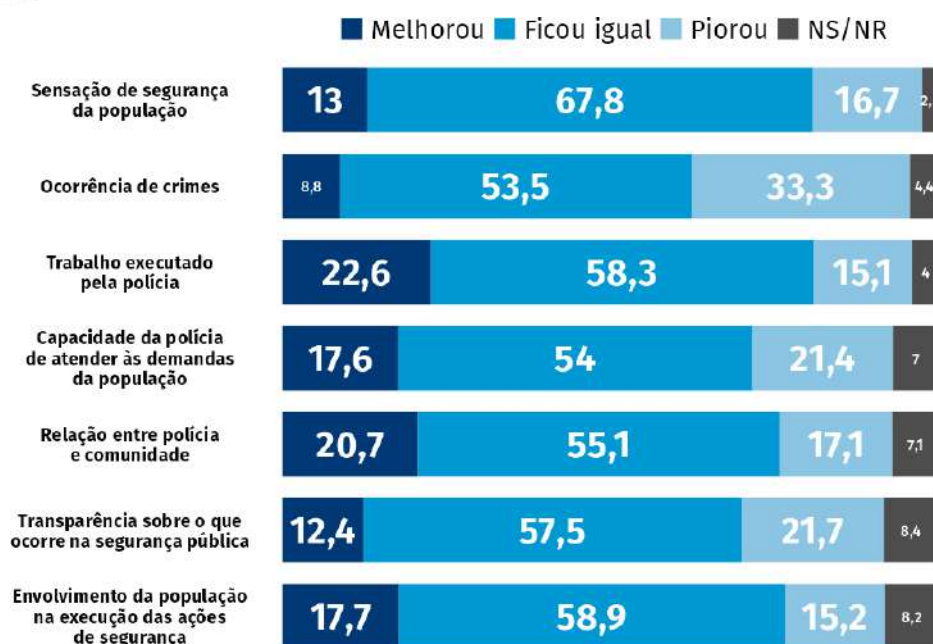
O ObservaDF ouviu 1001 pessoas residentes no DF, durante maio de 2023, em uma pesquisa realizada sobre vitimização e percepção sobre a segurança pública. Os resultados da percepção, subjetivos, divergem consideravelmente dos indicadores objetivos de segurança.

▪ Percepção de insegurança

A percepção majoritária da população sobre a atuação do GDF é de manutenção da sensação de segurança a níveis anteriores, com “ficou igual” sendo a resposta prevalente. É interessante que essa percepção contrasta com a queda acentuada da maior parte dos índices apresentados na parte 1 deste trabalho. No geral, a sensação de segurança da população ficou igual para cerca de 68% das pessoas, para 13% ela melhorou, e para 17% ela piorou.

No entanto, quando tocamos em aspectos específicos dessa sensação de segurança promovida pela política de segurança pública, temos um percentual menor de manutenção, embora este ainda seja majoritário. Destaque para a percepção da atuação do GDF na ocorrência de crimes, que 33% das pessoas acreditam que piorou, ao passo que 9% das pessoas acreditam que melhorou, enquanto 54% das pessoas acreditam que ficou igual. Ou seja, mais pessoas acreditam que aumentou a criminalidade, porém boa parte delas se sente tão segura quanto anteriormente.

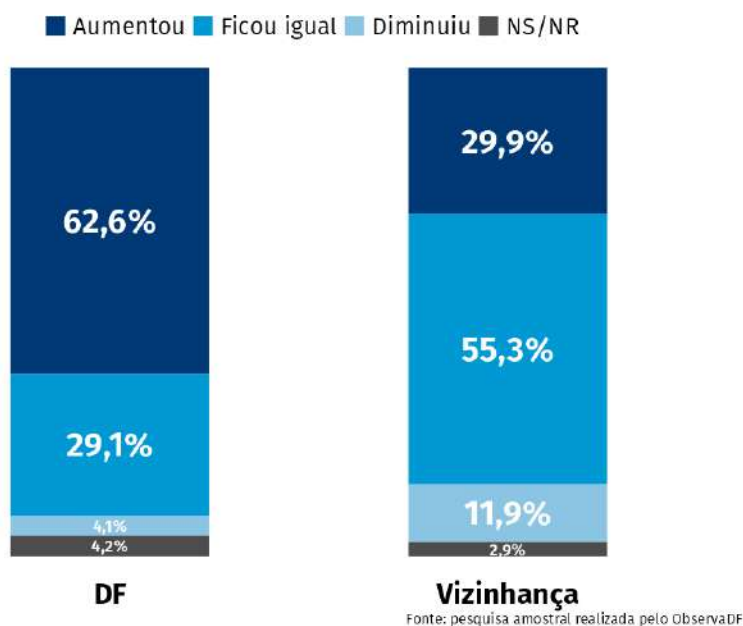
Gráfico 2: Percepção da atuação do Governo do DF na segurança pública (%).



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Quando perguntados sobre a comparação das percepções de segurança entre o DF como um todo e a vizinhança de suas casas, os respondentes apontaram diferenças bastante marcadas. Para 62% das pessoas, a percepção da criminalidade nos últimos 12 meses no DF aumentou, porém apenas 30% tiveram a percepção de que a criminalidade aumentou em sua vizinhança. Esta diferença pode estar relacionada com um fenômeno já apontado pela literatura (Soares, 2006; Kegler e Barichello, 2007; Nascimento, 2015), que é a relação entre sensação de insegurança e exposição a notícias sobre a ocorrência de crimes. Isso pode fazer com que a pessoa se sinta segura em sua vizinhança, porque não recebe informações sobre a ocorrência de crimes em suas redes de proximidade, mas acredite que a criminalidade está aumentando no DF porque está exposta à ocorrência de crimes noticiados pela imprensa.

Gráfico 3: Percepção da criminalidade nos últimos 12 meses, no DF e na vizinhança da casa do entrevistado(a).



Perguntamos também sobre a sensação de insegurança ao andar nas ruas. As respostas indicam um grau moderado de insegurança, e que a população do DF se sente mais insegura ao andar à noite, tanto no bairro onde reside quanto no bairro onde trabalha. No geral, 39% da população do DF se sente insegura ao andar no bairro onde reside de dia e 60% se sente insegura em andar no bairro onde reside à noite. Os locais de trabalho são percebidos como mais seguros, ao passo que 31% se sentem inseguros em andar nas ruas do bairro onde trabalha durante o dia e 45% se sentem inseguros em andar nestas ruas durante a noite.

Quando perguntadas sobre outros bairros, que não o de seu trabalho ou residência, as pessoas tendem a se sentir mais inseguras e fazem menos distinção entre horários diurnos e noturnos. Cerca de 61% se sentem inseguras nestes outros bairros durante o dia e 70% se sentem inseguras nos outros bairros durante a noite.

Gráfico 4: Percentual de insegurança ao andar nas ruas do bairro onde reside, durante o dia e a noite.

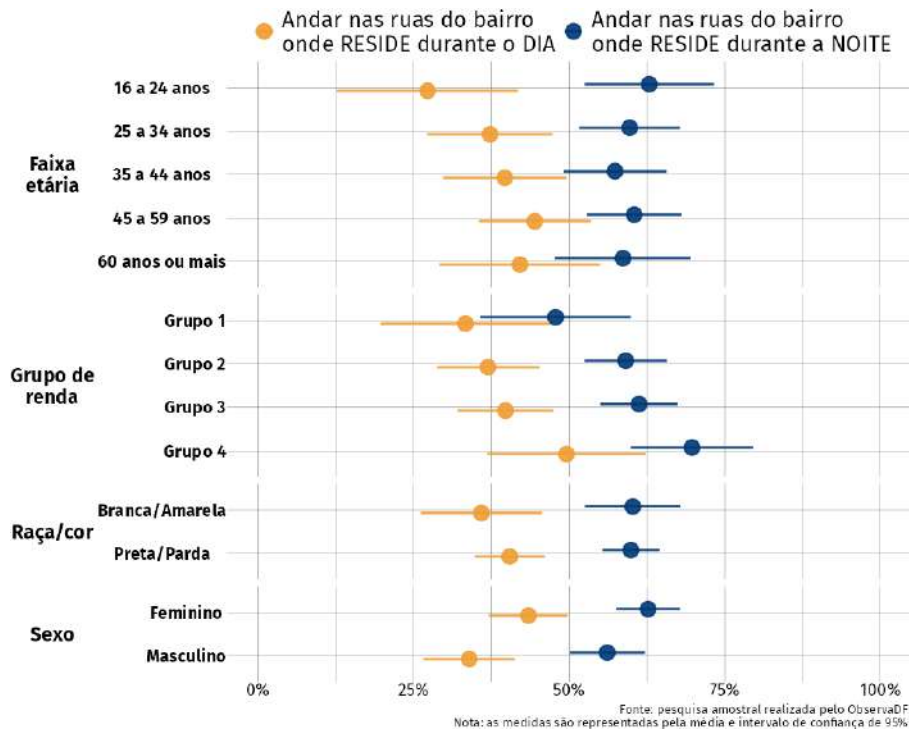
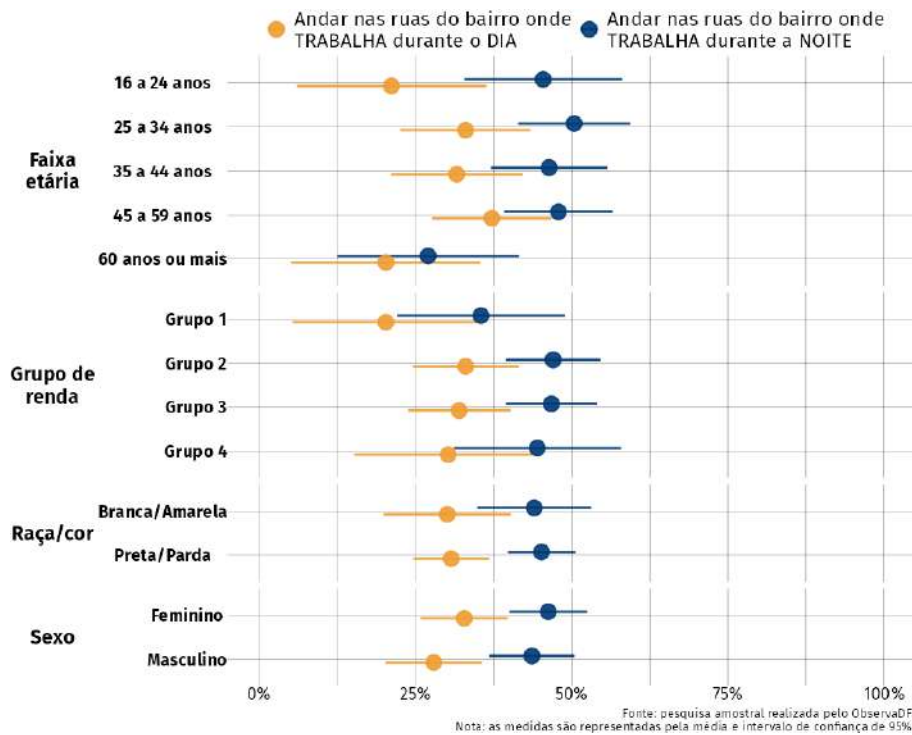
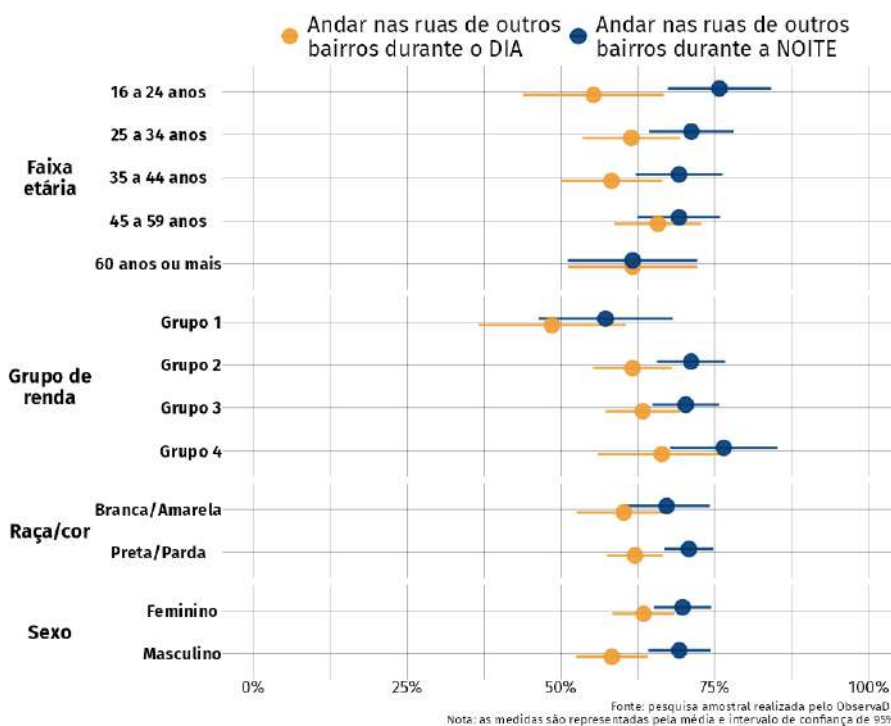


Gráfico 5: Percentual de insegurança ao andar nas ruas do bairro onde trabalha, durante o dia e a noite.



Idade, gênero, raça e grupos de renda são fatores com papel reduzido quando se considera a insegurança ao andar nas ruas de outros bairros durante o dia e à noite. Todos os grupos se sentem relativamente inseguros, com os percentuais superando os 50%. Ou seja, sempre mais da metade das pessoas se sente insegura ao andar nas ruas de outros bairros. Pessoas mais jovens se sentem levemente mais inseguras ao andar em outros bairros durante a noite.

Gráfico 6: Percentual de insegurança ao andar nas ruas de outros bairros, durante o dia e a noite.



Um aspecto relevante da sensação de insegurança é a mudança de atitudes e rotinas cotidianas associada à possibilidade de violência e ao medo que algo possa acontecer. Para entender o impacto dessa percepção, perguntamos se a pessoa evitava sair de casa por causa da violência, se ela evita frequentar determinados locais por causa da violência ou se ela tenta evitar outra situação específica qualquer por causa da violência.

Aqui há uma das dimensões mais perversas da sensação de insegurança, que é a incorporação de padrões de sociabilidade e vivência condicionadas pelo medo. Cerca de 90% evitam frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando e 70% evitam frequentar locais com grande concentração de pessoas. Mesmo a diversão, e toda rede econômica associada, são afetadas, já que 78% das pessoas evitam sair à noite e 70% evita frequentar locais onde haja consumo de bebidas alcoólicas. Até a mobilidade, já que

metade das pessoas (51%) evita usar algum transporte coletivo que precisaria usar por medo de que possa acontecer algo.

Gráfico 7: Evita sair por causa da violência.

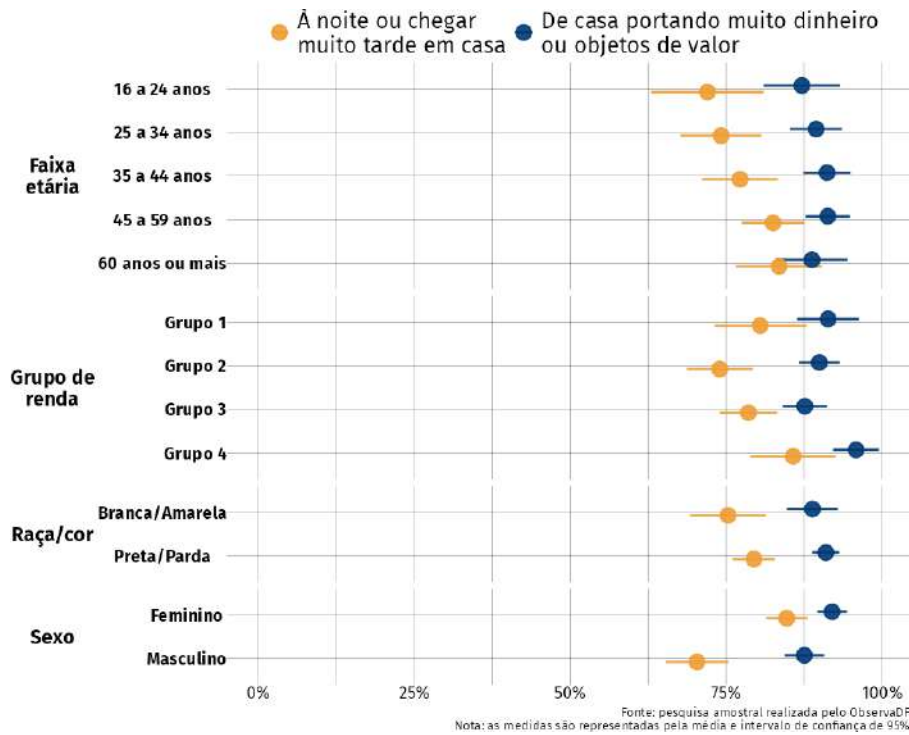


Gráfico 8: Evita frequentar locais por causa da violência.

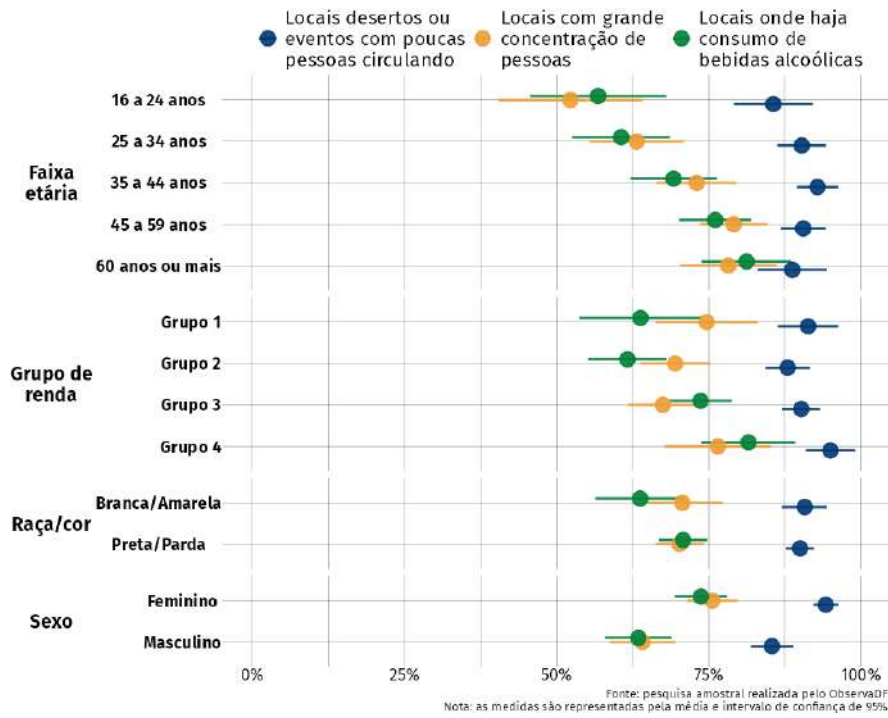
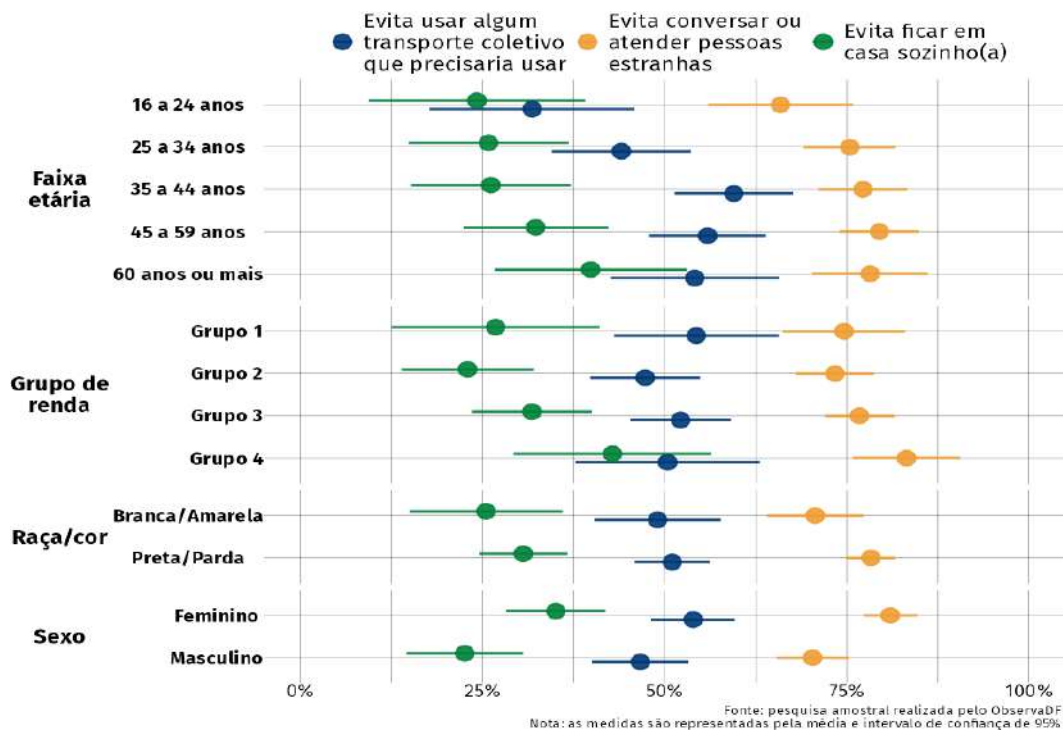


Gráfico 9: Evita outra situação por causa da violência.



Nesta bateria de perguntas temos evidências de que gênero é a principal característica associada ao condicionamento de comportamentos em virtude do medo de sofrer violência. Ou seja, embora não consigamos capturar na pesquisa sobre percepção e vitimização o aumento da violência contra a mulher, os dados do ObservaDF apontam uma realidade de maior medo por parte das pessoas identificadas com gênero feminino, em um espaço já contaminado por esta percepção.

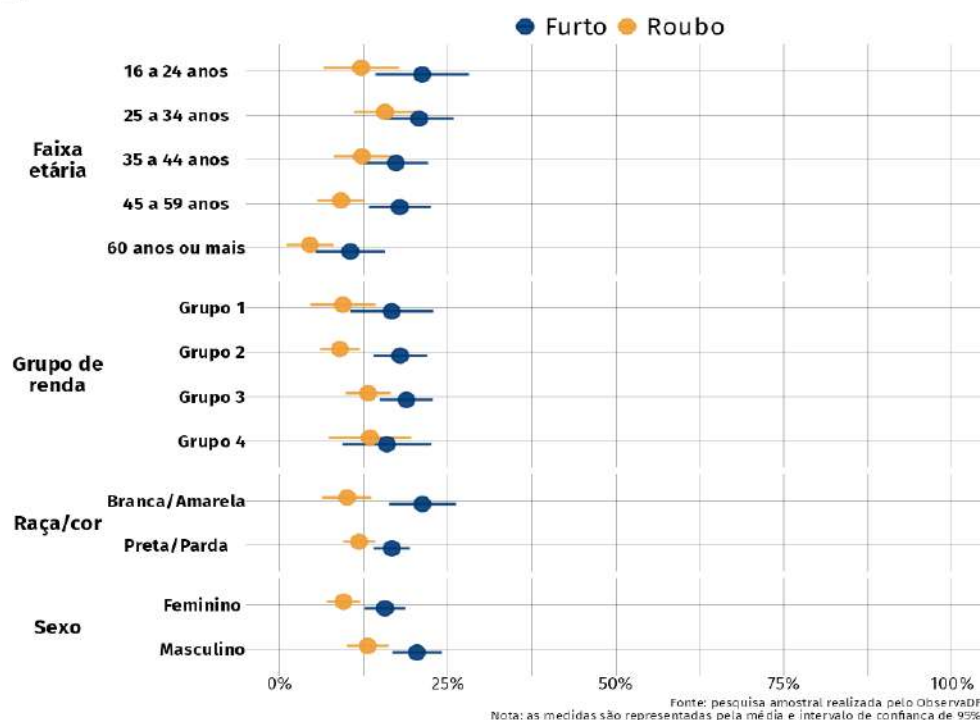
▪ **Vitimização**

O ObservaDF também realizou perguntas sobre vitimização no Distrito Federal. É importante destacar que pesquisas de vitimização trazem uma informação distinta da contida nos dados da incidência de ocorrências por 100 mil habitantes, por serem percentuais, e não taxas, e por serem um dado autodeclarado, e não fruto de registro administrativo oficial. Ainda assim, os resultados indicam padrões mais elevados do que os dados oficiais disponibilizados pela Secretaria de Segurança, o que pode sinalizar subnotificação nestes, especialmente em se considerando crimes com menor potencial ofensivo, ou contra o patrimônio.

Ainda assim, imaginando que o grau de subnotificação não muda ao longo dos anos, permanece a inconsistência entre a percepção de piora e o dado concreto de vitimização, cuja prevalência para a maior parte dos crimes vem diminuindo ao longo do tempo. É importante destacar que os dados de vitimização aqui apresentados também diferem dos dados da SSP-DF em termos de metodologia de coleta e apresentação, porque não são taxas de incidência calculadas para 100 mil habitantes, mas o percentual de respondentes que afirma ter sido vítima de um tipo de crime.

Cerca de 18% dos moradores de Brasília afirmam ter sido vítima de furto e 11% de roubo. Há uma leve tendência de maior risco por parte dos mais jovens, tanto para furtos quanto para roubos, e uma diferença sutil por renda, apenas para roubos, com os moradores de RAs mais ricas estando menos expostos, mas sem diferenças expressivas ou estatisticamente significantes nos recortes de gênero e raça. Algumas pessoas afirmam terem sido vítimas de sequestro, mas o percentual é inferior a 0,3%.

Gráfico 10: Foi vítima de furto, roubo ou sequestro nos últimos 12 meses?



A pesquisa sobre vitimização olhou para elementos não abordados nos dados oficiais de segurança pública no DF. Chama atenção especialmente que 17% das pessoas afirmam ter sofrido fraude no cartão de crédito, 15% pagaram por um produto que não foi entregue e cerca de 11% disseram ter recebido notas de dinheiro falso. A maior diferença percentual de pessoas que sofreram fraude no cartão de crédito ocorre por grupo de renda da RA de moradia. No grupo 1 foram 22%, no Grupo 2, 20%, No Grupo 3, 14% e no Grupo 4, 15%.

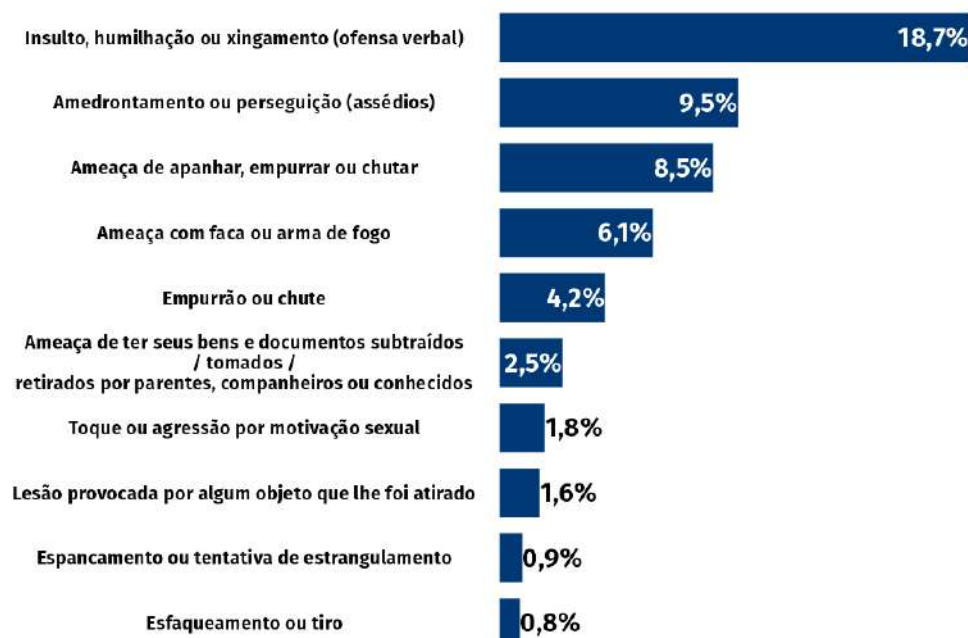
A sensação de insegurança não está apenas associada a incidência de crimes contra a vida ou crimes contra o patrimônio, mas também a situação de ameaças e insultos. Talvez o fato de 19% dos entrevistados terem respondido que receberam algum insulto humilhação ou xingamento, 10% terem sofrido algum tipo de amedrontamento ou perseguição e 9% ameaça de apanhar empurrar ou chutar ajude a explicar a percepção entre os habitantes do DF de insegurança. Cumpre destacar ainda o percentual de pessoas que foi vítima de toque ou apalpamento sem consentimento no DF, 6,6% no total, mas, com o recorte por gênero, temos que 7,4% das mulheres foram vítimas.

Gráfico 11: Foi vítima dos seguintes crimes, nos últimos 12 meses?



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Gráfico 12: Foi vítima dos seguintes crimes, nos últimos 12 meses?



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Conclusão

Procuramos oferecer um panorama da situação da segurança pública no DF, combinando dados objetivos de ocorrências criminais e estatísticas de vitimização com a percepção subjetiva da população. Apesar da redução expressiva na mortalidade por violência intencional, com uma queda notável nas taxas de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte ao longo dos anos, ainda persistem desigualdades territoriais acentuadas no Distrito Federal. Grupos de regiões administrativas com renda mais baixa enfrentam taxas mais elevadas de violência, traço da ligação complexa entre vulnerabilidade socioeconômica e incidência de crimes.

Outros indicadores de criminalidade, como crimes contra o patrimônio, violência doméstica e estupro, também são abordados. Embora haja uma tendência geral de queda nesses crimes, eles ainda afetam significativamente a população, com variações marcantes entre diferentes grupos de renda. A pesquisa de vitimização revela a discrepância entre a percepção subjetiva de insegurança e a realidade dos dados objetivos de ocorrências, sugerindo que a exposição à cobertura midiática e a outras informações externas podem influenciar a sensação de insegurança.

A análise das atitudes e comportamentos da população em resposta à sensação de insegurança destaca a adoção de medidas de autoproteção, como evitar locais específicos, reduzir saídas à noite e evitar transporte coletivo, que impactam tanto a mobilidade quanto a vida social das pessoas. Além disso, a pesquisa aponta para uma preocupante realidade de assédio e ameaças, especialmente entre grupos de gênero. O panorama apresentado revela a complexidade do desafio que o GDF enfrenta para garantir um ambiente seguro para seus cidadãos.

Referências bibliográficas

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>, Acessado em julho 2023.

GDF, Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSPDF), Câmara técnica de monitoramento de homicídios e feminicídios, Relatório de monitoramento dos feminicídios no Distrito Federal, 2023a. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/FEMINICIDIO-CONSUMADO-ANUAL-2022.pdf>. Acessado em agosto 2023.

GDF, Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSPDF), Estatísticas e relatórios temáticos. Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/>. Acessado em julho 2023.

IBGE, Panorama do Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acessado em julho 2023.

IPEDF, Análise espacial do mercado de trabalho do Distrito Federal a partir da PDAD 2018, 2020. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-An%C3%A1lise-espacial-do-mercado-de-trabalho-do-DF-a-partir-da-PDAD-2018.pdf>. Acessado em julho 2023.

KEGLER, Jaqueline Quincozes; BARRICHELLO, Eugênia Maria Mariano da Rocha. As organizações sociais no espaço midiático: os suportes digitais como meios e estratégias de representação organizacional. In: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. V.20, n. 2, semestral, 2007. pp. 99-107.

NASCIMENTO, Matheus de Carvalho. Como a polícia militar da Bahia recebe a cobertura da mídia sobre a violência. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. Legalidade Libertária. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2006.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC), DataUNODC – Intentional homicide. Disponível em: <https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide-victims>. Acessado em julho 2023.